

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 50 | SETEMBRO DE 2017



Mala Direta
Básica
9912331217/2013 -DR/SC
SENAR AR / SC
Correios
"Fechamento autorizado,
Pode ser aberto pela ECT"

14 DE AGOSTO A 29 DE SETEMBRO

Prazo de entrega da
**Declaração do Imposto Territorial Rural
(ITR) de 2017**



Compromisso com o Brasil



APICULTURA

Assistência Técnica e Gerencial
contribui para o desenvolvimento
da produção no Estado

Páginas 08 a 11

AUMENTO DA PRODUÇÃO
Santa Catarina busca melhoramento genético
do rebanho de bovinos de corte
Página 03

ITR
Declaração deve ser
feita até 29 de setembro
Página 07

QUALIFICAÇÃO
Curso Técnico em Agronegócio
tem novas turmas no Estado
Páginas 12 e 13

SINDICATO DESTAQUE
Ituporanga busca boa
qualidade de vida
Página 14

CÓDIGO FLORESTAL E O FUTURO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

José Zeferino Pedrozo, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



Em 2017 o Código Florestal brasileiro completa cinco anos. É uma lei complexa – com certeza, uma obra a ser aperfeiçoada – que demandou muitos anos de discussão na sociedade e no Congresso Nacional. Mas, sem dúvida, consistiu em um grande avanço para a proteção e o uso racional dos recursos naturais, reafirmando o conceito de que as florestas e a vegetação nativa são bens de interesse comum, advindo daí o comprometimento com a preservação do patrimônio vegetal e com a biodiversidade.

O corajoso exemplo de Santa Catarina que, em 2009, aprovou e instituiu o primeiro código ambiental adequado à realidade de seus recursos naturais, influenciou, na época, o governo central e o Congresso Nacional. Os catarinenses mostraram que a insegurança jurídica do agronegócio brasileiro estava entre as

maiores do mundo. A legislação ambiental brasileira pecava pela falta de objetividade e excesso de normas, dispersa em absurdos 16 mil itens, entre leis, portarias e códigos.

A Faesc sempre defendeu que a elaboração de normas ambientais fosse balizada mais por conclusões científicas do que por orientação ideológica. As avaliações científicas sobre a utilização dos recursos naturais e a exploração racional e sustentável da agricultura e da pecuária demonstravam que muitas normas ambientais federais eram excessivas, incoerentes e irrealistas e apenas inviabilizam a agricultura, a pecuária e o agronegócio no País.

O Código Florestal certamente não é perfeito, mas foi a lei possível naquele momento histórico de intensos embates, criando novos horizontes para o setor

primário da economia. Manteve pontos importantes, como o conceito de áreas de preservação permanente (APP) e de reservas legais, inovando com a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório para todas as propriedades e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) pelos Estados.

O Brasil é o país mais ecológico do mundo, metade de sua matriz energética é limpa, enquanto nos demais países varia de 12% a 14%. Cerca de 1/3 das florestas originárias do planeta estão no Brasil, onde apenas 33% do território nacional está disponível para o uso na agropecuária. Provavelmente, um dos efeitos do novo Código foi mudar o modo de pensar de alguns setores da sociedade que ignoravam a complexidade do agronegócio e do universo rural.

SC BUSCA MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO DE BOVINOS

Iniciativas do Governo do Estado e da Faesc/Senar estimulam o aumento da produção de carne bovina em território catarinense

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) através do presidente José Zeferino Pedrozo elogiou a iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca em criar o projeto especial de apoio à aquisição de reprodutores bovinos de raças de corte.

Os produtores que tiverem enquadramento no programa, com renda bruta anual inferior R\$ 360 mil terão até três anos de prazo para pagar o financiamento, com parcelas semestrais e sem juros. Os interessados devem procurar a Epagri de seu município e solicitar a aprovação do crédito pela Secretaria de Estado da Agricultura. Os pecuaristas poderão contrair financiamentos de até R\$ 20 mil, via Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), para comprar reprodutores de raças de corte Puro de Origem (P.O.) ou Puro por Cruza (P.C.), com registro genealógico. Os animais podem ser adquiridos em feiras ou diretamente de outros pecuaristas catarinenses.

Santa Catarina não permite a entrada de bovinos vivos em seu território, pois é declarada área livre de aftosa sem



“Fortalecer e ampliar a pecuária de corte é uma prioridade do setor produtivo e do governo, por isso, a FAESC gestiona junto ao secretário da agricultura Moacir Sopelsa para a ampliação do programa de apoio financeiro aos produtores e empresários rurais oferecendo financiamento com juros zero, para melhorar a genética do rebanho catarinense”, expôs o vice-presidente da FAESC Antônio Marcos Pagani de Souza.

vacinação pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE). Por isso, o preço dos reprodutores bovinos é mais elevado aqui do que em outros Estados – situação que justifica tanto o programa do governo. Por outro lado, embora seja grande exportador de carnes de aves e de suínos, o Estado importa quase 50% da carne bovina que consome.

De acordo com dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), no fim de 2015 o rebanho bovino catarinense era de 4,5 milhões de cabeças. Embora o estado seja mais conhecido pela produção de leite do que de carne, há predomínio de animais de corte: 51,4% possuem aptidão para corte, 34,7% para leite, 13,75% aptidão mista. A bovinocultura está presente em 291 municípios catarinenses (98,6% do total) e o rebanho distribui-se em 78.729 produtores, dos quais 35.713 (45,36%) com finalidade comercial e 43.016 (54,64%) sem finalidade comercial. Em 2016 foram produzidas 112 mil toneladas da carne no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária (municipal, estadual e federal).



R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, - Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
 FAESC: facebook.com/FaescSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.senar.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cícero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Vilibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefani e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente), Representantes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente), Representantes: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente), Representantes: Agroindústria | Daniel

Klúppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazetto (Suplente), Representantes: Senar Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente), Representantes: Senar Administração Central | Tatiane Mecabô Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente), Representantes: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente), Representantes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTE SC 0085-JP). **Edição:** Caroline da Costa Figueiredo. **Redação:** Caroline da Costa Figueiredo, Marcos A. Bedin, Aline Thais Gunsett, Izabel Guzzon, Lisiane Kerbs e Silvana Cuochinski. **Capa:** Pixabay.com

Diagramação: Arcus Indústria Gráfica Ltda.
Tiragem: 4.300 exemplares. **Impressão:** Arcus Indústria Gráfica Ltda.



O rebanho de bovinos de corte em Santa Catarina é de 4,5 milhões de cabeças



FAESC ORIENTA SOBRE PAGAMENTO DO FUNRURAL

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) publicou Nota Explicativa sobre a Medida Provisória nº 793, editada pelo Governo Federal dia 1º de agosto passado, estabelecendo o Programa de Regularização Tributária Rural – PRR. A nota foi elaborada pelo assessor jurídico da Federação Clemerson Pedrozo.

A MP 793 destina-se à regularização das contribuições previdenciárias incidentes sobre a comercialização da produção rural previstas no artigo 25 da Lei nº 8.212/91, contemplando os produtores rurais pessoa física e adquirentes de produção rural. O PRR permite o parcelamento das dívidas referentes ao Funrural, sendo 4% do débito consolidado pago em

até quatro parcelas iguais, até dezembro de 2017. O restante pode ser dividido em até 176 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2018, com reduções nas multas, juros e honorários advocatícios.

Podem ser quitadas as dívidas de produtor rural pessoa física e de empresa adquirente de produção rural na qualidade de substituta tributária. Os interessados devem fazer a adesão ao programa perante a Secretaria da Receita Federal até o dia 29 de setembro. Para aderir ao programa, o interessado precisa desistir de eventuais impugnações ou recursos administrativos ou judiciais referentes à contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

ORIENTAÇÕES GERAIS

O assessor jurídico destaca que a adesão será permitida até 29 de setembro de 2017. A primeira parcela deverá ser paga até esta data. Podem aderir produtores rurais pessoas físicas, contribuintes ou adquirentes de produção rural sub-rogado. É condição para aderir, a desistência e a renúncia prévia das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais.

A dívida será consolidada na data do requerimento de adesão ao parcelamento. Sobre as parcelas mensais incidirão juros referentes à taxa SELIC a partir do mês de consolidação, e de 1% ao mês em que o pagamento for efetuado. Valores superiores a R\$ 15 milhões dependem de carta de fiança

ou seguro garantia judicial. A Receita Federal tem até 30 dias para editar os atos necessários ao parcelamento.

Será excluído do programa o devedor que faltar em três pagamentos consecutivos ou seis alternados, gerando a exigibilidade da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e o cancelamento dos benefícios concedidos (redução da multa e dos juros).

A MP 793 prevê também a redução da alíquota do Funrural, a partir de 1º de janeiro de 2018, de 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, para 1,3%, sendo 1,2% ao INSS e 0,1% ao Riscos Ambientais do Trabalho (RAT). A alíquota destinada ao SENAR permanece em 0,2%, sem alteração.

Clemerson Pedrozo alerta que a MP

ainda poderá sofrer alterações no Congresso Nacional, tais como a ampliação do prazo para adesão ao Programa; a inclusão no PRR do produtor rural pessoa jurídica; a possibilidade ao produtor de escolha entre recolher para a seguridade sobre a receita bruta ou sobre a folha de pagamento da sua propriedade, com percentuais diferenciados para cada caso, entre outras.

Condições para parcelamento ao produtor rural pessoa física:

- ◆ Entrada de 4% da dívida consolidada. Valor pode ser parcelado em quatro parcelas iguais entre setembro e dezembro de 2017;
- ◆ O restante do débito tem redução de 25% nas multas e encargos e de 100% dos juros. Valor pode ser parcelado em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, equivalentes a 0,8% (oito décimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização de sua produção rural do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela;
- ◆ Parcela mínima de R\$ 100;
- ◆ Eventual resíduo da dívida poderá ser pago na última parcela ou parcelado em até 60 prestações (sem reduções na forma da Lei nº 10.522).

Parcelamento para adquirente com dívidas até R\$ 15 milhões:

- ◆ Entrada de 4% da dívida consolidada. Valor pode ser parcelado em quatro parcelas iguais entre setembro e dezembro de 2017;
- ◆ O restante do débito tem redução de 25% nas multas e encargos e de 100% dos juros. Valor pode ser parcelado em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, equivalentes a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela;
- ◆ Parcela mínima de R\$ 1 mil;
- ◆ Eventual resíduo da dívida poderá ser pago na última parcela ou parcelado em até 60 prestações (sem reduções na forma da Lei nº 10.522).

Parcelamento para adquirente com dívidas superiores a R\$ 15 milhões:

- ◆ Apresentação de Carta de Fiança ou Seguro Garantia Judicial;
- ◆ Entrada de 4% da dívida consolidada. Valor pode ser parcelado em quatro parcelas iguais entre setembro e dezembro de 2017;
- ◆ O restante do débito tem redução de 25% nas multas e encargos e de 100% dos juros. Valor pode ser parcelado em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, equivalentes a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela;
- ◆ Parcela mínima de R\$ 1 mil;
- ◆ Eventual resíduo da dívida poderá ser pago na última parcela ou parcelado em até 60 prestações (sem reduções na forma da Lei nº 10.522).



FATURAMENTO DA CADEIA DO TABACO NO BRASIL CHEGA A R\$ 29,2 BILHÕES NA ÚLTIMA SAFRA

Cerca de R\$ 22 bilhões representam o consumo interno

A safra 2016/2017 de tabaco atingiu uma produção de 727.831 toneladas. O Estado do Rio Grande do Sul foi o maior produtor com 343.866 toneladas e um faturamento de R\$ 3,18 bilhões, seguido de Santa Catarina com 227.356 toneladas com faturamento de R\$ 2,1 bilhões e do Paraná com 156.609 toneladas e R\$ 1,44 bilhão. Em área cultivada os três Estados do Sul representam 298.530 hectares. Os números foram apresentados em reunião da Câmara Setorial do Tabaco realizada no mês de agosto, em Brasília.

O faturamento da cadeia em 2016 chegou a R\$ 29,2 bilhões com R\$ 22 bilhões representando o consumo interno e R\$ 7,2 bilhões em exportações, com a seguinte distribuição: R\$ 13,9 bilhões em tributos, R\$ 8,2 bilhões para indústria,

R\$ 5,2 bilhões aos produtores rurais e R\$ 1,9 bilhão aos varejistas.

O presidente do Sindicato Rural de Irineópolis e representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Francisco Eraldo Konkol, destaca que houve queda de 2,3% de consumo mundial e a China configura-se como a maior fatia do mercado de tabaco, respondendo por 46% do consumo.

“Vale observar o quanto a cadeia do tabaco é importante para o País, alcançando em tributos mais que o dobro em valores em relação aos produtores de tabaco que ficam com a menor fatia, uma vez que nesse valor tem o custo de produção a ser calculado”, complementa.

OUTRAS DEMANDAS DO SETOR

O presidente da Câmara Setorial Romeu Schineider reforça a preocupação da cadeia produtiva com a retirada de aditivos do cigarro fabricado legalmente no Brasil. Segundo ele, se o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar pela retirada dos aditivos, abre precedentes para o mercado ilegal, uma vez que, nesses casos, não existem leis que proíbam os aditivos.

Schineider também comenta as alterações nas regras do Pronaf, conforme resolução nº 4.584 do Banco Central, que eliminou a exigência de comprovação de outras culturas para o produtor de tabaco. Conforme análise da Câmara Setorial, a mudança ajuda aos produtores que têm interesse em buscar diversificação de suas atividades.

Outro ponto destacado pelo consultor

Konkol salienta que mais de 40% do cigarro consumido no Brasil vem do mercado ilegal, provocando perdas de tributos na ordem de mais de R\$ 5 bilhões. Somente o Paraguai possui mais de 30 fábricas de cigarros. Na Bahia o mercado ilegal de cigarros já chega a 78% do consumo.

“É necessário o combate urgente do contrabando de cigarros que trazem junto defensivos agrícolas, armas e drogas. Também sugerimos que sejam investigadas as empresas picaretas e aventureiras que levam o tabaco sem ter investido na produção, e este tabaco pode estar abastecendo as fábricas do cigarro ilegal. Para agravar ainda mais a situação, houve cortes de verbas para o custeio da Polícia Federal de 25% a 27,5%”, observa.

da Câmara Setorial, Carlos Gallant, são as ações em relação às exportações de tabaco, para que o produto faça parte na cesta de negócios no comércio internacional. Gallant também comenta as ações no Ministério da Justiça, no Legislativo e no Executivo Federal para o combate ao contrabando e mercado ilegal de cigarros.

DECLARAÇÃO DE ITR DEVE SER EFETUADA ATÉ 29 DE SETEMBRO

Atualizações sobre o procedimento foram repassadas durante treinamento da FAESC aos Sindicatos Rurais

“O Imposto Territorial Rural (ITR) incide sobre imóveis localizados fora das áreas urbanas dos municípios. Devem declarar o ITR toda pessoa física ou jurídica que seja proprietária, titular do domínio útil ou possuidora de qualquer título, inclusive a usufrutuária, de imóveis rurais”, explicou o palestrante Seres Baum, durante o treinamento realizado com profissionais dos Sindicatos Rurais de Santa Catarina.

Cerca de 64 funcionários e presidentes de Sindicatos Rurais do Estado participaram da capacitação que ocorreu em São José e Chapecó e teve como objetivo prepará-los para emitir a Declaração de ITR e Ganho de Capital. Baum salientou que, de acordo com a Instrução Normativa 1.715 RFB/2017, a declaração deve ser efetuada, impreterivelmente, até o dia 29 de setembro, através do site da Receita da Fazenda.



“Caso não seja declarada os proprietários rurais ficam sujeitos a penalidades com multa de 1% por mês”

O presidente do Sindicato Rural de Chapecó Ricardo Lunardi salientou a importância de estar em dia com o ITR para os produtores rurais. “A declaração garante a certidão negativa do imóvel que é exigida para acesso a créditos rurais e outras atividades de financiamentos rurais. Portanto, é fundamental estar em dia com a documentação para garantir acesso a esse e outros benefícios”.

De acordo com o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, o Cadastro Rural está integrado às bases da Receita Federal e Incra e o contribuinte, cujo imóvel rural já esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR), deverá informar na declaração o número do recibo de inscrição. “O cadastro deve estar atualizado junto à Receita Federal e ao Incra. Caso contrário o proprietário poderá não conseguir emitir a certidão negativa e o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, documento que comprova a regularidade do imóvel”.



Em São José participaram representantes de 37 Sindicatos Rurais



No treinamento em Chapecó estiveram presentes representantes de 27 Sindicatos

SAIBA MAIS

É considerado imóvel rural, para fins do ITR, a área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terras confrontantes, do mesmo titular, localizada na zona rural do município, ainda que, em relação a alguma parte da área, o contribuinte detenha apenas a posse. A expressão “área contínua” tem o sentido de continuidade econômica, de utilidade econômica e de aproveitamento da propriedade rural. Sendo assim, para efeito de apuração do imposto, considera-se área contínua a área total do prédio rústico, mesmo que fisicamente dividida por ruas, estradas, rodovias, ferrovias ou por canais ou cursos de água.

A DITR correspondente a cada imóvel rural será composta pelos seguintes documentos: Documento de Informação e Atualização Cadastral do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DIAC), mediante o qual devem ser prestadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel rural e a seu titular; e Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DIAT), mediante o qual devem ser prestadas à RFB as informações necessárias ao cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e apurado o valor do imposto correspondente a cada imóvel rural.



Foto: FAASC

DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA CATARINENSE

Programa ATeG contribui para avanço na produção

A apicultura tem papel de destaque no cenário catarinense ocupando a primeira colocação no ranking de exportadores de mel do País e consolida-se como o terceiro maior produtor nacional com aproximadamente 68 kg do produto por km²/ano. A união de esforços entre en-

tidades representativas do setor tem expandido ainda mais a apicultura no Estado. Um desses esforços é o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) desenvolvido pelo Sistema FAESC/SENAR.

“A ATeG atende duas turmas volta-

das à apicultura nas regiões Sul e Vale do Itajaí. O desenvolvido conta com altos índices de aprovação e evolução nas propriedades. Estamos otimistas e felizes com os resultados alcançados”, comemora o presidente do Sistema, José Zeferino Pedrozo.

De acordo com o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, os técnicos de campo desenvolveram o levantamento de dados e o diagnóstico das propriedades e, com base nessas informações, estabeleceram planejamentos estratégicos para melhorias pontuais nos sistemas de produção. “O programa ajuda na organização da produção, controle gerencial, aprimoramento de técnicas e trará, futuramente, um melhor retorno financeiro”.

Conforme o presidente da Federação das Associações dos Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC) Nésio Fernandes de Medeiros, Santa Catarina sempre foi referência para apicultura brasileira. “Somente na safra de 2016/2017 o Estado colheu 84 kg de mel por km², o equivalente a aproximadamente 8 mil toneladas de mel, enquanto o Brasil colhe 5 kg de mel por km². Recentemente foi desenvolvido com recursos da Fundação Banco do Brasil e complementado pelo SEBRAE em parceria com o Sistema FAESC/SENAR, Epagri e UFSC um esforço coletivo para o desenvolvimento da apicultura no Estado com a elaboração de um diagnóstico da cadeia produtiva”, relata.

A Coordenadora Estadual do programa ATeG em apicultura, Paula A. Dias Coimbra Nunes, salienta que por meio da ATeG, o Sistema FAESC/SENAR auxilia o produtor rural no planejamento da exploração apícola, trazendo ferramentas de gestão e conhecimento técnico que já se mostraram eficientes na organização da produção e no aumento da rentabilidade dos produtores. O supervisor técnico do programa, Francisco Carlos Heiden, afirma que a partir de um enfoque profissionalizante da apicultura como uma exploração econômica estruturada a atividade passou a ser vista como lucrativa e mais uma possibilidade de obtenção de renda na propriedade rural.

O trabalho de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR/SC conta com o acompanhamento dos supervisores regionais do SENAR/SC Sueli Silveira Rosa



Foto: Enio Cesoneto

(Sul) e Darci Aloisio Wollmann (Vale do Itajaí) e o suporte dos Sindicatos Rurais dos municípios atendidos. “Esse é um trabalho de muitas mãos e os resultados positivos são graças ao engajamento de todos”, reitera o presidente Pedrozo.

No Estado existem cerca de 7.300 apicultores cadastrados e estima-se que cerca de 9 mil propriedades possuem abelha. Além da produção de mel, o valor econômico da apicultura para Santa Catarina está concentrado no trabalho de polinização das lavouras que tem impacto no ganho de produtividade. Existem aproximadamente 315 mil colmeias no território catarinense, 45 mil delas alugadas todos os anos para polinizar macieiras.

APICULTORES DO SUL

Agilio Angelino Manoel, de 68 anos, era produtor de fumo e há 35 anos escolheu a apicultura como principal cadeia produtiva. A propriedade, localizada em Içara, região Sul do Estado, conta com

350 colmeias. As dificuldades enfrentadas nos últimos anos fizeram Agilio pensar em abandonar a apicultura. “A produção estava baixa, não sabíamos mais como agir e a saída seria desistir”, relembra.

A reviravolta surgiu em agosto de 2016 quando Agilio passou a ser atendido pela ATeG em apicultura. “As mudanças são visíveis. Tivemos melhoramento de sanidade, aumento da produção e da rentabilidade. Além disso, iniciamos o controle gerencial com a anotação de dados, coisa que não fazíamos antes e que melhorou muito o nosso controle de recursos”, conta. Segundo o apicultor, o programa trouxe um ânimo novo. “Na safra de 2016 produzimos quatro mil kg de mel. Até agosto deste ano já chegamos a 14 mil kg. O aumento realmente foi significativo e isso nos motiva”, comemora.

Rodrigo Borges, de 30 anos, nasceu em uma família de apicultores e seguiu os passos dos pais. Atualmente possui uma propriedade em Coqueiros onde conta com 310 colmeias. Com a ATeG viu a produção crescer cerca de 30% em um ano. “São inúmeros os avanços observados que vão desde a produção até a gestão da propriedade. Estamos otimistas com as melhorias”, afirma.

Borges conta que antes da ATeG não tinha o costume de efetuar o controle gerencial. “Passamos a anotar toda a recei-



ta, gastos e investimentos. Assim é mais fácil identificar quais são os gargalos da produção e como devemos aplicar nossos recursos para expandir a produção”.

O técnico de campo Ricardo Scasso atende os municípios de Içara, Urussanga, Cocal do Sul, Orleans, Lauro Muller e Treviso e observa que o grupo de 25 apicultores que iniciou o programa em agosto de 2016 permanece o mesmo, o que demonstra o comprometimento dos produtores. “O engajamento deles é tão grande que até criaram um nome para o grupo intitulado ‘Apicultores do Sul’”, conta.

Entre as medidas de impacto adotadas no início do programa, Scasso destaca o controle do acaro varroa destrutor através de fitas de ácido oxálico, permitindo de maneira rápida e barata o controle e diminuição do problema. “Também efetuamos a aplicação de proteína vegetal como forma de elevar a nutrição da colônia de abelhas, resultando na melhora da qualidade e diminuição da perda de colmeias”.

O técnico salienta que alguns dos objetivos do programa já foram alcançados entre eles o aumento da quantidade e recuperação de colmeias em produção de aproximadamente 20%, aumento significativo da produtividade do mel e melhora do gerenciamento por meio do programa ATeG com fichas eletrônicas e cadernos

de campo. “A aceitação das orientações técnicas tem sido positiva destacando que 56% dos apicultores assistidos aplica entre 90% e 100% das orientações repassadas visando a melhoria dos sistemas”.

REFLEXOS POSITIVOS

O técnico de campo Enio Frederico Cesconeto atende 25 propriedades rurais nos municípios de Santa Terezinha e Rio do Campo. Segundo ele, os apicultores que integram o grupo possuem entre 20 e 1000 colmeias em produção. Cesconeto explica que durante o diagnóstico das propriedades foram levantados fatores que interferem direta e indiretamente no desempenho da atividade tais como manejos deficientes, desnutrição de colônias durante o inverno, alta incidência de varroas, falta de seleção e troca de rainhas, e a inexistência de sistema de controle gerencial da atividade.

“Com o monitoramento periódico das varroas e o controle em épocas estratégicas os produtores obtiveram controle de 76% das varroas na forma forética durante a entressafra. Essa atuação aliada a técnica de retirada de favos contendo pupas de zangão no início da primavera, resultou em baixo índice de perdas de colônias reduzindo de 30% em 2015 para menos de 5% em 2017”, explica Cesconeto.



Em decorrência do trabalho de assistência técnica e gerencial, os apicultores do grupo passaram de 5287 para 5889 colmeias em produção, acréscimo de 11,38 % no número de colmeias na primeira safra o que deve se repetir no ano de 2017.

A apicultura tem como principal produto o mel, no entanto as colmeias também produzem própolis que quando bem produzido, extraído, armazenado e comercializado pode gerar receita extra aos produtores. “Foi o que aconteceu com as famílias de Marildo e Angela Juraszek e de Claudio e Marisa Wasylkowski. Seguindo orientações repassadas os apicultores investiram na construção de coletores, identificação das colmeias e na produção, extração e venda da própolis orgânica”, complementa Cesconeto.

A família de Claudio e Marisa Wasylkowski, atendida pela ATeG, possui, na propriedade localizada na Colonia Ruthes, em Santa Terezinha, 50 colmeias e conta uma produção média anual de 1500 a 1700 kg de mel que é destinado para



Turma de apicultores atendidos pelo técnico Enio Frederico Cesconeto



Turma de apicultores atendidos pelo técnico Ricardo Scasso

comercialização interna. Claudio lembra que antes de iniciar na ATeG já fazia anotações gerenciais, mas que elas se intensificaram após as visitas do técnico. Para ele, o acompanhamento de Enio tem sido excelente, com ótimas dicas e práticas que melhoraram, principalmente, o controle das varroas e a implantação de coletores de própolis.

“Com as orientações repassadas tive um aumento de aproximadamente 10% na minha produção e de 20% na rentabilidade. Isso é motivador e nos faz acreditar cada vez mais que a apicultura vale a pena”, afirma.

O casal Marildo e Angela Juraszek é apicultor há sete anos na comunidade de Colorodo, em Santa Terezinha. Com 60 colmeias a produção média é de 1.200 a 1500 kg por ano de mel. O produto é

comercializado para empresa exportadora. Há cerca de um ano recebendo atendimento do técnico de campo da ATeG, Marildo avalia o trabalho como proveitoso.

“As melhorias estão acontecendo na parte gerencial, sanitária e criação de rainhas. Além disso, iniciei a produção de própolis. O aumento da rentabilidade virá a longo prazo, mas sem dúvidas os avanços são visíveis na produção. Estamos otimistas”.

Segundo o apicultor, a profissionalização da produção é importante para se manter na atividade e no mercado competitivo. “Nunca fazia anotações e com as indicações do técnico está sendo mais fácil mensurar os resultados. Estamos felizes com o acompanhamento e otimistas com o futuro da produção”, finaliza.

Produtores do Sul (Apicultores do Sul)

- Agilio Angelino Manoel
- Aldo Joaquim Canever Mazuco
- Deoclesio Mazon
- Dheigo Casagrande
- Flavio Rodrigues
- Francisco de Assis Rodrigues
- Geraldo Gianizella
- Idalino Bonotto
- Jair Sartor
- Joacir Saviato
- Jose Laudelino da Silveira
- Juliano Tomaz
- Jusemar Locatelli
- Lucas Giordani
- Marcos Borges Rodrigues
- Maria Josefina Gianizella
- Marines Lonardi
- Neivandro Canever
- Rodrigo Borges Vicente
- Tiago de Brida
- Valdir Casagrande
- Valdir Junior Casagrande
- Valmor Viero
- Vilmar Forgiarini

Produtores do Vale do Itajaí

- Claudio Wasylkovski
- Clemente Wasilkoski
- Darci Stopa
- Demétrio Bossy Filho
- Domingos Bejger
- Eliani Schvaiczski
- Elizandro Wajsczyk
- Erasmus Balak
- Erica Stopa Reiberg
- Ézio Stopa
- Genésio Stopa
- Gilberto Stopa
- Itamar Kuchler
- Ivonir Kuchler
- Janir Balak
- José Truch, Genésio Kotelak
- Leandro Stopa
- Lorival Schvaiczski
- Luiz Inacio Wasilkoski
- Marildo Juraszek
- Pedro Bossy Sobrinho
- Reginaldo Dacechem
- Romualdo Kohut
- Orlei Havrelhuk
- Valdir Custódio

CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO INICIA CINCO NOVAS TURMAS EM SANTA CATARINA

Dois polos presenciais foram inaugurados no Estado

A experiência positiva de Anyele Liann com o Curso Técnico em Agronegócio da rede e-Tec, promovido pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, serviu de exemplo e inspiração para a irmã Alexia Lilian Siqueira Pilotto, de 19 anos. Anyele está concluindo o último período do curso em São José, na Grande Florianópolis, e pretende aliar os conhecimentos adquiridos com o curso de Engenharia da Aquicultura o qual desenvolve paralelamente.

“O objetivo é atuar como técnica em agronegócio na área de aquicultura, um segmento que está em expansão”, conta a jovem. Segundo ela, as visitas oportunizadas pelo curso são excelentes. “É incrível como tive mais aulas práticas a campo do que na minha graduação. Isso muda a ideia de que cursos a distância são apenas teóricos. A metodologia é de fácil compreensão e todos os recursos disponibilizados pelo SENAR/SC deixam o aluno mais seguro”.

Anyele acredita que seu incentivo ajudou a irmã a também ingressar no curso, mas que boa parte veio do interesse de Alexia.

Alexia está na 4ª fase do curso de Geografia na Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC) onde trabalha como voluntária no Laboratório de Estudos do Espaço Rural (LabRural) e conta que o amor pelo meio rural vem desde criança. Segundo ela, o Curso Técnico em Agronegócio surgiu em um momento oportuno para contribuir com o aprimoramento profissional. “Minha irmã colaborou na decisão de iniciar o curso. Foi por intermédio dela que tomei conhecimento e vi que vale a pena fazê-lo”, conta.

Apesar de ainda não saber em qual área atuará após a conclusão dos dois cursos, Alexia está animada com a oportunidade. Assim como a irmã também frequentará as aulas no polo presencial de São José. “É a primeira vez que estou utilizando de uma formação com plataforma de Ensino a Distância (EAD). Vi na grade curricular que as matérias são bem selecionadas e os professores e materiais de ótima qualidade”. A jovem relata que tem muita vontade de aprender, pesquisar, estudar e entender os diferentes segmentos do agronegócio.

“Sem dúvidas ajudará, e muito, a trilhar meu caminho profissional. É magnífico ter a oportunidade de se es-

“Motivei ela a participar por ser um curso que alia a teoria e a prática com conteúdo de fácil assimilação mesmo sendo semi-presencial. Além disso, as aulas nos sábados ajudam muito quem trabalha e estuda durante a semana. Conseguimos conciliar muito bem com nossas rotinas”.



As irmãs Anyele e Alexia dividem a paixão pelo meio rural e escolheram o Curso Técnico em Agronegócio para se aperfeiçoar

pecializar em assuntos que você gosta de maneira totalmente gratuita. Tenho certeza que o curso contribuirá com conhecimentos técnicos para melhorar a atuação no campo, agregando e valorizando cada vez mais o trabalho dos produtores rurais”.

NOVOS CAMINHOS

Odila Irene Teixeira é coordenadora do novo polo de apoio presencial que inaugurou em São Miguel do Oeste, no Extremo Oeste, e tem boas expectativas com a nova turma.

“Esse é um curso que atenderá os anseios do agronegócio na região, uma vez que o mercado não para de crescer e impulsiona a economia brasileira, considerando que o meio rural está sempre aberto a novos profissionais com conhecimento técnico, os quais ainda estão em falta no País”.

A coordenadora destaca que os futuros técnicos em agronegócio terão a oportunidade de atuar tanto em propriedades rurais como em indústrias, federações, associações ou entidades de incentivo à pesquisa priorizando sempre a expansão do setor. “Estamos otimistas, as inscrições superaram as expectativas. Logo no primeiro encontro observamos que os alunos demonstram-se interessados e animados com o curso que é novo na região”, complementa.

Roger Kummer, de 35 anos, produtor rural na Linha Ipê Popi, em Itapiranga, já acompanhava notícias sobre o curso desde que abriu o primeiro processo seletivo em Santa Catarina. “Quando descobri que abriria um polo

em São Miguel do Oeste me inscrevi. As expectativas são as melhores, uma vez que apenas 20% é de maneira presencial e os outros 80% poderei fazer a distância organizando os horários de maneira flexível e com autonomia nos estudos”, observa. Roger conta que após a conclusão do curso pretende continuar buscando conhecimento na área. “Tenho certeza que utilizarei os aprendizados adquiridos para melhorar minha atuação e crescer cada vez mais”.



Em Rio do Sul ocorreu a inauguração do polo



Em São Miguel do Oeste também teve inauguração do polo presencial



Turma de São José que inicia o curso



Alunos da nova turma do polo presencial de Campo Alegre



Turma que iniciou o curso em Braço do Norte

FORMAÇÃO TÉCNICA DE QUALIDADE

Além de São José e São Miguel do Oeste, Santa Catarina iniciou outras três turmas nos municípios de Campo Alegre, Braço do Norte e Rio do Sul que também inaugurou o polo de apoio presencial. Ao todo 200 alunos iniciaram a jornada que terá duração de dois anos com 20% das aulas na modalidade presencial com visitas técnicas em propriedades e 80% a distância, facilitando o acesso.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, destaca que o curso é totalmente gratuito, certificado pelo Ministério da Educação (MEC) e reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia (Crea). “Ampliamos a atuação no Estado totalizando oito polos de apoio presencial com o objetivo de tornar o curso acessível em todo o território catarinense. A intenção é qualificar os profissionais para que atuem na expansão e atualização tecnológica das propriedades rurais tornando o agronegócio de Santa Catarina referência”.

O presidente do Conselho de Administração do SENAR/SC e da FAESC José Zeferino Pedrozo, salienta que o curso é de nível médio e habilita os profissionais na aplicação de procedimentos de gestão e comercialização do agronegócio com foco nos diferentes segmentos e cadeias produtivas da agropecuária brasileira.

ITUPORANGA BUSCA BOA QUALIDADE DE VIDA

Localizada no Alto Vale do Itajaí, Ituporanga é a Capital Nacional da Cebola, tem sua economia voltada para a agricultura e, desde 1969, conta com a forte atuação do Sindicato Rural de Ituporanga, que abrange também o município de Chapadão do Lageado. A entidade tem mais de 500 associados, que se dedicam ao cultivo de cebola, fumo, soja, milho, feijão, hortaliças orgânicas e convencionais, produção de gado leiteiro, suínos, à apicultura e ao reflorestamento, entre outras atividades.

Promove 80 treinamentos anuais em parceria com o Senar/SC, realiza dois seminários por ano, implementa uma reunião mensal com a diretoria e viabiliza eventos de interesse dos produtores, sempre que haja necessidade.

Oferece uma série de benefícios, como emissões de declarações, contratos, cadastros, encaminhamento de processos

e outros documentos importantes para os associados, seus familiares e funcionários. Mantém parcerias e convênios com o Sistema Faesc/Senar-SC, prefeituras municipais, Epagri, Icasa e empresas de medicina, saúde e segurança no trabalho, contabilidade, planejamento agropecuário, advocacia, topografia e agrimensura.

FORÇA DA CLASSE

O presidente, Arny Mohr, observa que o Sindicato zela pelo bom atendimento aos agricultores, incentiva a capacitação e o aprimoramento profissional. Prima pela busca de uma boa qualidade de vida e não mede esforços para o desenvolvimento sustentável do meio rural. “Há alguns meses lideramos a manifestação dos produtores, buscando reivindicações para categoria como a inclusão da cebola na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum, taxaço da cebola impor-

tada, prorrogação de dívidas, alteração da classificação da cebola e aumento de valor do Programa de Garantia de Preços Para a Agricultura Familiar”, destaca.

Segundo Mohr, a manifestação trouxe um reflexo muito positivo e mostrou a força da classe no município. “A organização teve papel importante de intermediação junto ao Ministério do Trabalho nas fiscalizações de mão de obra na cultura da cebola, planta que destaca o Estado de Santa Catarina como maior produtor do Brasil”, finaliza.

DIRETORIA

- Presidente: Arny Mohr
- Secretário: Baldoino Schutz
- Vice-secretário: Arno Kletemberg
- Tesoureiro: Paulo Huntemann
- Vice-tesoureiro: Nivaldo Doerner

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Valmir Schumacher, Mario Minelli e Roberto Doerner
Suplentes: Nivaldo Mohr, Valdelino Zeitz e Braz Ege



Diretoria da entidade defende os interesses da classe e busca novos associados



Com uma economia baseada na agricultura, região é destaque na produção de cebola



Arny Mohr é o atual presidente do Sindicato Rural de Ituporanga

EXPORTAÇÕES DE CARNE DE AVES JÁ SUPERAM UM BILHÃO DE DÓLARES

Exportações catarinenses de carnes de aves seguem em crescimento e fecham com alta de 7,6% no faturamento. Principal produto na pauta de exportações de Santa Catarina, os envios de carne de aves geraram uma receita de US\$ 164,4 milhões em julho com 93,9 mil toneladas vendidas para o exterior, 13,7% a mais do que em junho. No acumulado do ano, as exportações de carnes de aves já ultrapassam as 555,8 mil toneladas e o faturamento passou de um

bilhão de dólares. O volume exportado é 4% menor do que no mesmo período de 2016, porém as receitas já superaram em quase 7% o último ano.

Santa Catarina é um grande exportador de proteína animal e seu grande diferencial está na sanidade do rebanho. O secretário da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa, explica que no estado a saúde dos rebanhos é prioridade e é justamente isso que dá acesso aos mercados mais competitivos do mundo.

Hoje, Santa Catarina é o único estado do país reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como área livre de febre aftosa sem vacinação e, junto com o Rio Grande do Sul, faz parte de uma zona livre de peste suína clássica.

Os números foram divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e analisados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa/Epagri).

SANTA CATARINA CRIA FORÇA TAREFA PARA COMBATER A FASCÍOLA HEPÁTICA NOS BOVINOS

A Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), se une ao Centro Universitário Barriga Verde (Unibave) para identificar e sanear os focos da fasciola hepática, um parasita que compromete o fígado dos bovinos. Como o órgão é descartado no momento do abate, acaba trazendo prejuízos financeiros para os pecuaristas e frigoríficos. Normalmente, o parasita é encontrado em bovinos criados em áreas alagadas, porém, em Santa Catarina já foi registrada a doença em animais originários de outras regiões.

O convênio entre Cidasc e Unibave funcionará da seguinte forma: a companhia irá avisar a universidade quando encontrar algum caso do parasita em bovinos e, na outra ponta, uma equipe multidisciplinar da Unibave fará o saneamento da propriedade rural, combatendo o caramujo hospedeiro da doença.

O secretário da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa, ressalta que a parceria só é possível porque todos os bovinos catarinenses são identificados e rastrea-



A pesquisa será um trabalho integrado entre várias áreas para combater a doença no estado

dos, o que permite apontar em qual propriedade rural eles foram criados.

Sopelsa destaca ainda a importância de aliar pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento do meio rural catarinense. “É fundamental dar força e oportunidade para as pessoas irem buscar o conhecimento, essa pesquisa vai trazer qualidade para os rebanhos, abatedores

e para os produtos do nosso estado”, disse.

“A universidade está buscando a solução para um problema junto ao Cidasc. É um ato simples, mas de grande relevância. É dessa forma que crescemos”, afirma o presidente da Cidasc, Enori Barbieri. A companhia cedeu um veículo para a Unibave possa desenvolver a pesquisa.

PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL ENCERRA SETE TURMAS EM SANTA CATARINA

PER é desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)

Após 17 encontros, sete turmas já encerraram o Programa Empreendedor Rural (PER) neste ano no Estado de Santa Catarina. A iniciativa é desenvolvida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e tem como objetivo principal trabalhar a gestão das propriedades e estimular o empreendedo-

rismo no meio rural. “Ficamos satisfeitos em ver o interesse pela qualificação e expansão de conhecimentos voltados ao agronegócio em todo o território catarinense”, afirma o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi.

Atalanta, Ituporanga, Witmarsum, Jupiá, Massaranduba, Videira e Iomerê são os municípios que tiveram a participação de 165 pessoas no PER, em parceria com os respectivos sindicatos rurais: Agrolândia, Ituporanga, Rio do Oeste, Galvão, Massaranduba e Videira. A formatura está prevista para dezembro, em São José/SC. A coordenadora estadual do programa Nayana Setubal Bittencourt explica que, em 2017, serão formadas 25 turmas e aproximadamente 600 participantes. “Desde 2007 foram executadas 209 tur-

mas do Programa Empreendedor Rural em Santa Catarina, sendo que neste período concluíram o programa 3.819 produtores rurais”. Além disso, destaca que “o PER é um excelente incentivo para a permanência de jovens no campo, demonstrando as inúmeras opções viáveis para melhoria e expansão da propriedade”.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, observa que o programa também estimula o debate e a formação de lideranças. “A cada módulo, os participantes aprendem como calcular custos do processo produtivo e a elaborar projetos, administrando de maneira eficiente as propriedades rurais”.

O programa é desenvolvido em 136 horas e mescla conteúdos técnicos de gestão e elaboração de projetos com conteú-

dos fundamentais para o desenvolvimento humano, estimulando a sucessão familiar e esclarecendo aspectos jurídicos relacionados às propriedades.

Ao final do programa cada participante elabora um projeto que tem como foco desenvolver ações que venham a melhorar a administração de suas empresas rurais, seja implantando uma nova atividade ou ampliando as já existentes. “São iniciativas que chegam para somar com visão de crescimento para garantir maior rentabilidade e sustentabilidade das propriedades. Todos esses avanços também refletem na qualidade de vida dos produtores rurais”, avalia o presidente do Conselho Administrativo do Sistema FAESC/SENAR, José Zeferino Pedrozo.



Turma de Atalanta recebeu o vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, em um dos últimos encontros



Turma de Atalanta



Turma de Videira



Turma de Witmarsum



Turma de Iomerê



Turma de Ituporanga



Turma de Jupiá



Turma de Massaranduba

EQUIPE DO MAPA SC CONHECE PROGRAMAS DO SISTEMA FAESC/SENAR

Reunião teve como objetivo estreitar o relacionamento entre as entidades

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC José Zeferino Pedrozo e o superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi, receberam na sede do Sistema a nova superintendente federal do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Santa Catarina, Uellen Lisoski Duarte Colatto, o chefe de divisão de defesa agropecuária do MAPA, Osmarino Ghizoni e o chefe de divisão política produção e desenvolvimento agropecuário, Lucas Fiuza de Moraes.

Na ocasião foi apresentado aos representantes do MAPA as ações e programas desenvolvidos pelo Sistema FAESC/SENAR os quais dois possuem parceria com o Ministério: a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) e o Pronatec Agro. Conforme explica o superintendente do SENAR/SC, a reunião teve como objetivo reforçar os laços de parcerias entre ambas as entidades. “Já contamos com o importante auxílio do MAPA em nossos programas e estamos dispostos a abrir novas parcerias, assim como solidificar as já existentes”.

Também participaram da reunião a coordenadora do Pronatec no SENAR/SC, Gisele Kraieski Knabben, o coordenador da ATeG em bovinocultura de leite, Olices Osmar Santini, e demais técnicos do SENAR/SC.

“O Pronatec Agro vem atender a demanda de formação rural para as propriedades, contribuindo com a profissionalização, integração social, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania. Essa é a nossa missão”, observa o presidente do Sistema, José Zeferino Pedrozo.

Para o segundo semestre devem ser ofertadas vagas para os cursos na área de agricultura orgânica, fruticultura, bo-



Equipe do MAPA foi recebida na sede do Sistema FAESC/SENAR



Durante reunião foram apresentados os programas do Sistema

vinocultura de leite, suinocultura, entre outros, com carga horária mínima de 160 horas. As aulas estão previstas para iniciar a partir de setembro.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, salienta que o objetivo é proporcionar oportunidades de estudo para quem trabalha no campo. “Esses cursos levam conhecimento ao produtor rural, o que contribui para a mobilidade social e agregação da renda”.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL

Com relação ao programa ATeG que está sendo executado em Santa Catarina desde o segundo semestre de 2016, o coordenador em bovinocultura de leite

explica que o SENAR/SC atua em uma área formada por 62 municípios situados entre Joaçaba e Dionísio Cerqueira. “São atendidos 950 produtores com uma equipe de 38 técnicos de campo e três supervisores técnicos, além da estrutura de apoio dos Sindicatos Rurais e supervisores administrativos do SENAR/SC”.

Pedrozo ressalta que a ATeG conta com investimentos da ordem de R\$ 6,5 milhões de reais. A maior parte dos recursos deriva do MAPA (R\$ 4,5 milhões), complementado pelo SENAR/SC (R\$ 2 milhões). “Isso representa um avançado instrumento de formação profissional rural na área da bovinocultura de leite”, finaliza..

SENAR/SC PARTICIPA DO 3º FÓRUM DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL EM BRASÍLIA

Encontro buscou melhorar a aplicação da metodologia e aumentar eficiência do atendimento ao produtor



O fórum reuniu profissionais da ATeG de vários Estados



Paula A. Dias Coimbra Nunes (coordenadora ATEG/SC - software) e os supervisores técnicos Luis Henrique Correia, Jeam Carlos Palavro, Leandro Simioni e Fernando da Silveira

Uma equipe do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Administração Regional de Santa Catarina (SENAR/AR-SC) órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) participou do 3º Fórum da Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), em Brasília.

Durante o encontro, a coordenadora técnica da AteG em Santa Catarina, Paula Araújo Nunes e os supervisores técnicos do Estado em bovinocultura de leite, Fernando da Silveira, Jeam Carlos Palavro, Leandro Simioni, e em pecuária de corte, Luis Henrique Correia, conheceram, junto com profissionais das outras Administrações Regionais do SENAR, a nova plataforma de monitoramento da AteG, o SISATEG. O software trará melhorias para a aplicação da metodologia no campo e aumentará a eficiência do atendimento aos produtores rurais.

Conforme explica o coordenador de AteG do SENAR, Matheus Ferreira, a ferramenta, de início, atenderá 14 cadeias produtivas em todo o Brasil. “Essa é uma boa oportunidade para discutirmos a ATeG. Nossa expectativa é grande com o novo software e vamos poder debater o que pensamos nos últimos sete meses com a equipe de TI do Sistema CNA/SENAR, que desenvolveu a ferramenta para testarmos e apresentarmos

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, ressalta a importância da presença de representantes de Santa Catarina no fórum com o objetivo de buscar constante atualização e inovação no aperfeiçoamento da nova versão do software para que ele seja melhor utilizado na extração de gráficos que interessam aos produtores rurais. “Essa é uma importante ferramenta que possibilita o levantamento quantitativo e qualitativo mensurando a evolução da produção e, consequentemente, da rentabilidade das propriedades catarinenses”.

aos técnicos de campo”.

Ferreira lembrou da Carta de Brasília, documento final do 2º fórum que contém as 10 diretrizes para evolução da ATeG do SENAR. Segundo ele, a principal demanda dos técnicos foi a necessidade de um sistema melhor. “O SENAR resolveu internalizar o sistema por dois motivos: primeiro porque os técnicos de campo precisam gerar mais informações no dia da visita e segundo para que as Regionais possam reportar melhor os resultados da ATeG”.

PANORAMA CATARINENSE

Em Santa Catarina o SENAR atende, há um ano, oito cadeias produtivas: pecuária de leite e de corte, ovinocultura de corte, fruticultura, apicultura, olericultura, maricultura e piscicultura. De acordo com a coordenadora técnica de AteG no Estado, Paula Araújo Nunes, o SISATEG vai proporcionar melhor aproveitamento da metodologia. “Já tivemos sucesso nesse um ano de ATeG, com muitos retornos positivos. Acredito que esse novo sistema vai atender nossas necessidades e vamos poder aprimorar o atendimento cada vez mais”.

O SENAR/SC receberá o sistema para testes no Estado. A ideia é usar a ferramenta e apontar ajustes ou melhorias que deverão ser implantadas no software até o fim do ano. “Queremos a unicidade da metodologia, ou seja, o que for feito no Rio Grande do Sul, guardadas, é claro, as peculiaridades de cada estado”, afirma Matheus Ferreira.

O novo software terá uma base de dados online e outra offline, para que os técnicos de campo possam inserir os dados coletados durante as visitas técnicas. “Nossa ideia foi criar um aplicativo para coleta de dados e geração de informações. Uma ferramenta usual, mais simples e intuitiva que permita aos técnicos coletar dados e gerar mais indicadores”, explica a assessora técnica da Coordenação de ATeG, Bárbara Magalhães.